

SÚMARIO

Parte 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

► *Capítulo I*

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	33
1. Definição.....	33
2. Direito Penal, Ciência do Direito Penal, Criminologia e Política Criminal.....	34
3. Funcionalismo.....	36
4. Categorias do Direito Penal	37
5. “Privatização” do Direito Penal.....	41
6. As velocidades do Direito Penal.....	42

► *Capítulo II*

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....	45
1. Introdução.....	45
2. Vingança Penal	45
2.1. Vingança divina.....	45
2.2. Vingança privada.....	45
2.3. Vingança pública	46
3. Direito Penal na Grécia Antiga	47
4. Direito Penal em Roma	47
5. Direito Penal Germânico	48
6. Direito Penal na Idade Média	49
7. A Idade Moderna, o período humanitário e o Iluminismo	50
8. Escolas Penais.....	52
8.1. A Escola Clássica	52
8.2. A Escola Positiva.....	53

2.3.3.	Princípio da culpabilidade	109
2.3.4.	Princípio da igualdade	109
2.3.5.	Princípio da presunção de inocência (ou da não culpa)	111
2.4.	Princípios relacionados com a pena	115
2.4.1.	Princípio da dignidade da pessoa humana	115
2.4.2.	Princípio da individualização da pena	115
2.4.3.	Princípio da proporcionalidade	115
2.4.4.	Princípio da pessoalidade	116
▶ <i>Capítulo VI</i>		
	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	121
1.	Introdução	121
2.	Tempo do crime	121
3.	Sucessão de leis no tempo	122
3.1.	Sucessão de lei incriminadora	123
3.2.	<i>Novatio legis in pejus</i>	123
3.3.	<i>Abolitio criminis</i>	124
3.4.	<i>Novatio legis in melius</i>	125
3.5.	Princípio da continuidade normativo-típica	129
4.	Lei temporária e lei excepcional	130
4.1.	Constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais	131
5.	Lei penal no tempo: questões complementares	132
5.1.	Retroatividade da jurisprudência	132
5.2.	Retroatividade da lei penal no caso de norma penal em branco	133
5.3.	Lei intermediária	135
▶ <i>Capítulo VII</i>		
	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	137
1.	Princípios aplicáveis e territorialidade	137
2.	Lugar do crime	140
3.	Extraterritorialidade	141
4.	Pena cumprida no estrangeiro	144
▶ <i>Capítulo VIII</i>		
	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	147
1.	Introdução	147
2.	Imunidades diplomáticas	147

3.	Imunidades parlamentares	149
3.1.	Imunidade parlamentar absoluta (<i>freedom of speech</i>).....	149
3.2.	Imunidade parlamentar relativa	151
3.2.1.	Relativa ao foro	152
3.2.2.	Relativa à prisão.....	154
3.2.3.	Relativa ao processo	158
3.2.4.	Relativa à condição de testemunha	159
3.3.	Imunidades parlamentares e o estado de sítio	160
3.4.	Imunidades do parlamentar licenciado	160
3.5.	Imunidades dos deputados estaduais.....	160
3.6.	Imunidades dos vereadores	161
3.7.	Foro por prerrogativa de função x Tribunal do Júri	162

► *Capítulo IX*

DISPOSIÇÕES FINAIS	163	
1.	Eficácia da sentença estrangeira	163
2.	Contagem do prazo	164
3.	Frações não computáveis da pena	165
4.	Conflito aparente de normas.....	165
4.1.	Especialidade (<i>lex specialis derogat legi generali</i>)	166
4.2.	Subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>)	167
4.3.	Consumção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>)	168

Parte 2

TEORIA GERAL DO CRIME

► *Capítulo I*

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME	173	
1.	Introdução.....	173
2.	Infração penal, crime, delito e contravenção penal	174
3.	Diferenças entre crime e contravenção penal.....	175
3.1.	Quanto à pena privativa de liberdade imposta.....	175
3.2.	Quanto à espécie de ação penal.....	175
3.3.	Quanto à admissibilidade da tentativa	175
3.4.	Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira	175
3.5.	Quanto à competência para processar e julgar	176

3.6.	Quanto ao limite das penas.....	176
3.7.	Quanto ao período de prova do <i>sursis</i>	176
3.8.	Quanto ao cabimento de prisão preventiva e temporária.....	176
3.9.	Quanto à possibilidade de confisco.....	176
3.10.	Quanto à ignorância ou à errada compreensão da lei.....	176
4.	Sujeitos do crime.....	177
4.1.	Sujeito ativo.....	177
4.2.	Sujeito passivo.....	184
4.2.1.	Classificações de vítimas.....	188
4.2.2.	Vitimização.....	190
4.2.2.1.	Vitimização primária, vitimização secundária e vitimização terciária.....	192
5.	Objetos (material e jurídico) do crime material.....	193
6.	Classificação doutrinária de crimes.....	195
6.1.	Crime material, formal e de mera conduta.....	195
6.2.	Crime comum, próprio e de mão própria.....	196
6.3.	Crime doloso, culposo e preterdoloso.....	196
6.4.	Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes.....	197
6.5.	Crime consumado e tentado.....	197
6.6.	Crime de dano e de perigo.....	198
6.7.	Crime simples, complexo, qualificado e privilegiado.....	198
6.8.	Crime plurissubjetivo e unissubjetivo.....	199
6.9.	Crime comissivo e omissivo.....	199
6.10.	Crime unissubsistente e plurissubsistente.....	200
6.11.	Crime habitual.....	201
6.12.	Outras classificações.....	201
7.	Substratos do crime.....	211
► <i>Capítulo II</i>		
FATO TÍPICO		213
1.	Introdução.....	213
2.	Conduta.....	213
2.1.	Teoria Causalista.....	214
2.2.	Teoria Neokantista.....	216
2.3.	Teoria Finalista.....	218
2.4.	Teoria social da ação.....	221

2.5.	Teorias funcionalistas.....	222
2.5.1.	Funcionalismo Teleológico, Dualista, Moderado ou da Política Criminal	222
2.5.2.	Funcionalismo Radical, Sistêmico ou Monista	223
2.6.	Teoria da ação significativa.....	226
2.7.	Características e elementos da conduta	227
2.8.	Causas de exclusão da conduta	227
2.8.1.	Caso Fortuito ou de Força Maior	227
2.8.2.	Involuntariedade.....	228
2.8.3.	Coação física irresistível (<i>vis absoluta</i>)	229
2.9.	Formas de conduta.....	229
2.9.1.	Quanto à voluntariedade do agente	229
2.9.1.1.	Do crime doloso.....	230
2.9.1.2.	Do crime culposo	236
2.9.1.3.	Do crime preterdoloso	245
2.9.2.	Erro de tipo.....	247
2.9.2.1.	Erro de tipo x Erro de proibição	248
2.9.2.2.	Erro de tipo: espécies.....	248
2.9.2.3.	Erro de tipo: questões complementares.....	256
2.9.3.	Quanto ao modo de execução.....	259
2.9.3.1.	Crime comissivo.....	259
2.9.3.2.	Crime omissivo.....	259
2.9.3.3.	Crime de conduta mista.....	265
3.	Resultado.....	266
4.	Nexo causal.....	270
4.1.	Conceito.....	270
4.2.	Concausas	272
4.3.	A teoria da imputação objetiva.....	277
4.3.1.	Criação ou incremento de um risco proibido.....	279
4.3.2.	Realização do risco no resultado.....	280
4.3.3.	Resultado se encontra dentro do alcance do tipo.....	281
4.4.	Causalidade nos crimes omissivos.....	281
5.	Tipicidade penal.....	283
5.1.	Evolução da tipicidade penal.....	283
5.2.	Tipicidade conglobante	284
5.3.	Espécies de tipicidade formal	286
5.4.	Tipo penal: elementos	287
5.5.	Tipo penal: modalidades	288

▶ *Capítulo III*

ILICITUDE.....	291
1. Conceito.....	291
2. Relação entre tipicidade e ilicitude.....	292
3. Causas excludentes da ilicitude (descriminantes ou justificantes).....	294
3.1. Estado de necessidade.....	296
3.1.1. Requisitos do estado de necessidade.....	297
3.1.2. Estado de necessidade e erro na execução.....	302
3.2. Legítima defesa.....	302
3.2.1. Requisitos da legítima defesa.....	303
3.2.2. Legítima defesa e erro na execução.....	308
3.3. Estrito cumprimento de um dever legal.....	309
3.4. Exercício regular de um direito.....	310
3.4.1. A problemática dos “ofendículos”.....	311
3.5. Consentimento do ofendido.....	312
3.6. Ticking Bomb Scenario Theory: o emprego da tortura na iminência de um ato terrorista.....	315
4. Excesso nas justificantes.....	318
5. Descriminante putativa.....	320

▶ *Capítulo IV*

CULPABILIDADE.....	323
1. Conceito.....	323
2. Teorias da culpabilidade.....	325
2.1. Teoria psicológica da culpabilidade.....	325
2.2. Teoria psicológica normativa.....	326
2.3. Teoria normativa pura da culpabilidade (ou extremada da culpabilidade).....	326
2.4. Teoria limitada da culpabilidade.....	326
2.5. Teoria da coculpabilidade.....	327
3. A culpabilidade do autor x culpabilidade do fato.....	328
4. Culpabilidade formal e material.....	329
5. Elementos da culpabilidade.....	329
5.1. Imputabilidade.....	329
5.1.1. Causas de inimputabilidade.....	331
5.1.2. A imputabilidade do índio não integrado.....	339
5.1.3. A emoção e paixão.....	340

5.1.4.	A constatação da imputabilidade	340
5.2.	Potencial consciência da ilicitude	340
5.2.1.	Erro de proibição.....	341
5.2.1.1.	Espécies de erro de proibição.....	344
5.2.1.2.	Erro de proibição e erro de tipo	344
5.3.	Exigibilidade de conduta.....	345
5.3.1.	Coação irresistível	345
5.3.1.1.	Requisitos da coação irresistível	345
5.3.2.	Obediência hierárquica	347
5.3.2.1.	Requisitos da obediência hierárquica.....	348
5.3.3.	Dirimentes supralegais	349
5.4.	Síntese das causas legais de exclusão da culpabilidade	351

► *Capítulo V*

PUNIBILIDADE	353
1. Conceito.....	353
2. Causas de extinção da punibilidade.....	354
2.1. Morte do agente.....	356
2.2. Anistia, graça e indulto.....	357
2.2.1. Anistia, graça e indulto e os crimes hediondos e equiparados.....	358
2.3. “Abolitio criminis”.....	360
2.4. Decadência	360
2.5. Perempção.....	362
2.6. Prescrição	362
2.6.1. Conceito	362
2.6.2. Hipóteses de imprescritibilidade	363
2.6.3. Prescrição: fundamentos.....	364
2.6.4. Prescrição: espécies.....	364
2.6.4.1. Prescrição da pretensão punitiva	365
2.6.4.2. Prescrição da pretensão executória (PPE)	380
2.6.5. Prescrição e atos infracionais.....	384
2.6.6. A prescrição da pena de multa	384
2.6.7. A redução dos prazos prescricionais.....	385
2.7. Renúncia ao direito de agir.....	386
2.8. Perdão (aceito) do ofendido.....	387
2.9. Retratação do agressor.....	389
2.10. Perdão judicial.....	390

▶ *Capítulo VI*

"ITER CRIMINIS"	393
1. Introdução	393
2. Fases do crime	393
2.1. Cogitação	393
2.2. Atos preparatórios	394
2.3. Atos executórios	394
2.4. Consumação	396
3. Crime consumado	396
4. Da tentativa	398
4.1. Infrações penais que não admitem tentativa	401
5. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	403
5.1. Desistência voluntária	405
5.2. Arrependimento eficaz.....	407
6. Arrependimento posterior	408
6.1. Situações especiais de reparação do dano ou restituição da coisa	411
7. Crime impossível.....	414

▶ *Capítulo VII*

CONCURSO DE PESSOAS NA PRÁTICA DE CRIMES	417
1. Introdução.....	417
2. Conceito	417
3. Requisitos	418
4. Formas de praticar o crime quanto ao sujeito	420
4.1. Autoria (<i>Animus auctoris</i>).....	420
4.2. Autoria mediata	423
4.3. Autoria colateral.....	427
4.4. Multidão delinquente	428
4.5. Coautoria	429
4.6. Participação (<i>Animus socii</i>)	430
4.6.1. Participação em cadeia e participação sucessiva.....	432
4.6.2. Participação negativa	433
5. Concurso de pessoas em crimes culposos	433
6. Concurso de pessoas em crimes omissivos	433
7. Punibilidade no concurso de pessoas.....	435
8. Participação de menor importância	435

9. Participação dolosamente distinta.....	437
10. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares	438
11. Participação impunível.....	439

Parte 3

TEORIA GERAL DA PENA

► Capítulo I

CONCEITO E FUNDAMENTOS DA PENA.....	443
1. Introdução.....	443
2. Finalidades (ou funções) da pena	444
2.1. Finalidade da pena no Brasil	445
3. Justiça restaurativa, justiça reparatoria e justiça negociada	446
4. Princípios informadores da pena	449
5. Penas proibidas no Brasil	456
6. Penas permitidas no Brasil	459
7. Execução provisória da pena.....	461

► Capítulo II

APLICAÇÃO DA PENA	465
1. Introdução.....	466
2. Fixação da pena privativa de liberdade.....	466
3. Primeira fase de aplicação da pena.....	467
3.1. Culpabilidade do agente	469
3.2. Antecedentes do agente	469
3.3. Conduta social do agente	471
3.4. Personalidade do agente.....	471
3.5. Motivos do crime.....	472
3.6. Circunstâncias do crime	472
3.7. Consequências do crime	472
3.8. Comportamento da vítima	472
4. Segunda fase de aplicação da pena	473
4.1. Das agravantes	474
4.1.1. Reincidência (art. 61, I).....	477
4.1.2. Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, "a").....	481

4.1.3.	Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução ou ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, "b").....	482
4.1.4.	Crime cometido com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, "c").....	482
4.1.5.	Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, "d").....	482
4.1.6.	Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, "e").....	483
4.1.7.	Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica (art. 61, II, "f").....	483
4.1.8.	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 61, II, "g").....	485
4.1.9.	Crime praticado contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, "h").....	485
4.1.10.	Crime praticado quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (art. 61, II, "i").....	486
4.1.11.	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou desgraça particular do ofendido (art. 61, II, "j").....	486
4.1.12.	Crime praticado em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, "l").....	486
4.1.13.	Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62).....	487
4.2.	Das atenuantes.....	487
4.2.1.	Menoridade (art. 65, I, 1ª parte).....	489
4.2.2.	Senilidade (art. 65, I, 2ª parte).....	490
4.2.3.	O desconhecimento da lei (art. 65, II).....	490
4.2.4.	Motivo de relevante valor moral ou social (art. 65, III, "a").....	491
4.2.5.	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento reparado o dano (art. 65, III, "b").....	491
4.2.6.	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, "c").....	492

4.2.7.	Ter o agente confessado espontaneamente perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”)	492
4.2.8.	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (art. 65, III, “e”)	495
4.2.9.	Circunstâncias atenuantes inominadas (art. 66).....	495
5.	Terceira fase de aplicação da pena.....	496
5.1.	Concurso (homogêneo) de causas de aumento.....	498
5.2.	Concurso (homogêneo) de causas de diminuição.....	499
5.3.	Concurso (heterogêneo) de causas de aumento e de diminuição	500
6.	Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	500
6.1.	Regime fechado.....	501
6.2.	Regime semiaberto	504
6.3.	Regime aberto.....	505
6.4.	Pena de reclusão.....	506
6.5.	Pena de detenção.....	508
6.6.	Pena de prisão simples.....	508
6.7.	Regime de cumprimento de pena do índio	509
6.8.	Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher	509
6.9.	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração.....	509
7.	Penas e medidas alternativas à prisão	511
7.1.	As penas restritivas de direitos.....	512
7.1.1.	Introdução.....	512
7.1.2.	Restritivas de direitos: espécies	512
7.1.3.	Restritivas de direitos: características.....	517
7.1.4.	Restritivas de direitos: requisitos.....	518
7.1.5.	Penas restritivas de direitos x crimes hediondos (ou equiparados)	519
7.1.6.	Penas restritivas de direitos x delitos de ameaça, lesão corporal leve e constrangimento ilegal	520
7.1.7.	Penas restritivas de direitos x crime de roubo.....	520
7.1.8.	Penas restritivas de direitos x crimes militares.....	521
7.1.9.	Restritivas de direitos: regras da substituição	521
7.1.10.	Restritivas de direitos: conversão.....	522
7.2.	A pena de multa.....	524
7.2.1.	Introdução	524
7.2.2.	Aplicação da pena de multa	525
7.2.3.	Pagamento (voluntário) da multa.....	527
7.2.4.	Não pagamento da pena de multa	528

7.2.5.	Causas de suspensão e interrupção da prescrição da pena de multa	529
7.2.6.	Cumulação de penas de multa	530
7.2.7.	A multa e a Lei Maria da Penha	530
7.2.8.	Pena de multa e prestação pecuniária: distinções.....	530
7.3.	A suspensão condicional da pena ("sursis").....	531
7.3.1.	Conceito e natureza jurídica	531
7.3.2.	Sistemas.....	532
7.3.3.	Espécies, requisitos e condições.....	533
7.3.4.	Revogação	536
7.3.5.	Cassação.....	538
7.3.6.	Prorrogação.....	538
7.3.7.	Extinção	539
7.4.	Livramento condicional	540
7.4.1.	Conceito e natureza jurídica	540
7.4.2.	Requisitos	541
7.4.2.1.	Objetivos	541
7.4.2.2.	Subjetivos.....	543
7.4.3.	Condições	545
7.4.3.1.	Obrigatórias.....	545
7.4.3.2.	Facultativas	545
7.4.4.	Concessão e execução	546
7.4.5.	Revogação	547
7.4.5.1.	Obrigatória.....	547
7.4.5.2.	Facultativa.....	548
7.4.6.	Prorrogação.....	549
7.4.7.	Extinção.....	550
► <i>Capítulo III</i>		
CONCURSO DE CRIMES		551
1.	Conceito.....	551
2.	Sistemas de aplicação da pena para o concurso de crimes	552
3.	Concurso material	552
3.1.	Condenação a penas de reclusão e detenção	553
3.2.	Condenação a pena privativa de liberdade e restritiva de direitos.....	553
3.3.	Concurso material e penas restritivas de direitos.....	554
4.	Concurso formal.....	554

5.	Continuidade delitiva.....	557
5.1.	Crime continuado genérico ou comum.....	558
5.2.	Crime continuado específico	561
6.	Questões complementares.....	563
6.1.	Concurso de crimes e prescrição.....	563
6.2.	Concurso de crimes e suspensão condicional do processo.....	563
6.3.	Concurso de crimes e pena de multa.....	564
6.4.	Concurso de crimes e Juizados Especiais Criminais	564
6.5.	Concurso de crimes e Lei nº 12.403/2011	565
6.6.	Concurso de crimes na execução penal.....	565

► *Capítulo IV*

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	567	
1.	Conceito, fundamentos e finalidade das medidas de segurança	567
2.	Princípios informadores das medidas de segurança	568
3.	Espécies de medida de segurança	569
4.	Pressupostos da medida de segurança	570
5.	Aplicação das medidas de segurança	571
5.1.	Duração da medida de segurança	571
5.2.	Perícia médica.....	572
6.	Desinternação ou liberação condicional.....	572
7.	Reinternação do agente.....	573
8.	Conversão da pena em medida de segurança.....	573
9.	Internação cível	575
10.	Extinção da punibilidade e medida de segurança	575
11.	Medida de segurança provisória.....	577

► *Capítulo V*

EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	579	
1.	Introdução.....	579
2.	Efeitos extrapenais genéricos	580
2.1.	Tornar certa a obrigação de indenizar	580
2.2.	Confisco dos instrumentos e produtos do crime	580
2.2.1.	Confisco em decorrência do tráfico de drogas.....	583
3.	Efeitos extrapenais específicos.....	584
3.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	584

3.1.1.	Efeitos administrativos da condenação	584
3.1.2.	Efeitos políticos da condenação	585
3.2.	Incapacidade para o exercício do pátrio poder (poder familiar), tutela ou curatela	589
3.3.	A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	590
4.	Efeito da condenação na legislação extravagante	590
4.1.	Lei de Tortura	590
4.2.	Lei de Organização Criminosa	591
4.3.	Lei nº 7.716/89 – Preconceito Racial	591
4.4.	Lei de Lavagem de Capitais	591
4.5.	Lei de Falência	591
4.6.	Lei nº 10.695 – alteração ao Código de Processo Penal.....	592
▶ <i>Capítulo VI</i>		
	REABILITAÇÃO	593
1.	Conceito e Cabimento	593
1.1.	Assegurar sigilo das condenações	593
1.2.	Suspensão condicional dos efeitos extrapenais específicos da condenação (art. 92 do CP).....	594
2.	Requisitos	595
3.	Revogação	596
4.	Competência e recurso.....	596
5.	Reabilitação e pluralidade de condenações	596
▶ <i>Capítulo VII</i>		
	AÇÃO PENAL	597
1.	Introdução	597
2.	Características do direito de ação	597
3.	Condições da ação	598
4.	Classificação da ação penal.....	599
4.1.	Ação penal pública incondicionada	600
4.2.	Ação penal pública condicionada	601
4.2.1.	Da representação do ofendido	601
4.2.2.	Da requisição do Ministro da Justiça	604
4.3.	Ação penal de iniciativa privada	606
4.3.1.	Ação penal exclusivamente privada	606

4.3.2.	Ação penal privada personalíssima.....	609
4.3.3.	Ação penal privada subsidiária da pública	610
4.3.4.	Institutos que ensejam a extinção da punibilidade nos crimes perseguidos mediante ação penal privada.....	611
4.4.	Ação penal nos crimes complexos (art. 101 do CP)	614
4.5.	Ação penal nos crimes contra a honra	614
4.6.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	615
BIBLIOGRAFIA		621